

POLÍTICOS, CIENTISTAS POLÍTICOS E SUA CONVERSA DE SURDOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUASE IMPLANTAÇÃO DO VOTO ÚNICO NÃO TRANSFERÍVEL NO BRASIL

Bruno P. W. Reis

Universidade Federal de Minas Gerais

✉ brunopwr@gmail.com

Resumo: *As discussões sobre reforma política estão em pauta no mundo acadêmico e no mundo político há muitos anos. No entanto, os dois mundos não compartilham diálogos ou ideias. Os cientistas políticos ficaram nos últimos anos centrados em discussões bem distintas de algumas pautas pensadas pelos legisladores, e por isso se assustaram ao se depararem com uma reforma que assustou a muitos. O presente artigo busca elucidar a reforma política no que concerne a distinção entre a academia e o mundo político, alertando a todos para a necessidade de um maior diálogo entre estas duas esferas.*

Palavras-chave: *Deputados, Cientistas Políticos, Reforma Política*

Abstract: *Discussions on political reform have been on the agenda in academic world and the political world for many years. However, the two worlds do not share ideas or dialogues. Political scientists remained the past few years focused on distinct discussions of some guidelines designed by the legislators and so they were troubled when faced with a reform that scared many people. This article seeks to elucidate the political reform regarding the distinction between academia and the political world, alerting everyone to the need for greater dialogue between these two spheres.*

Keywords: *Deputies Political Scientists, Political Reform*

Quando Michel Temer defendeu em público pela primeira vez, há poucos anos, a adoção no Brasil do “voto único não transferível” (SNTV, do inglês “single non-transferable vote”) e apelidou-o de “distritão”, pegou de surpresa a comunidade da Ciência Política. Habitados a pautar nossas controvérsias por

nossos termos conceituais e nossas preferências intelectuais, já havíamos todos nos habituado a certos “talking points” com prós e contras dos sistemas “distrital” (first-past-the-post ou “francês”, em dois turnos), proporcional (com lista aberta ou fechada) ou “misto” (com correção à maneira do alemão ou por mera combinação). A proposta se encaixava tão mal em nossa conversa habitual que poucos de nós conseguiram levá-la a sério. Antes parecia um “bode”, que teria o propósito único de tumultuar a discussão e manter tudo como estava.

No entanto, depois de anos andando em círculos, tantas vezes sem chegar sequer a votação em plenário, foi em torno do SNTV que enfim se articulou uma extensa pauta de reforma de nossas instituições eleitorais que, bem ou mal, foi a plenário, foi votada e – embora suas proposições mais visíveis tenham sido derrotadas – ameaça emplacar umas tantas propostas que talvez venham determinar algumas mudanças relevantes na operação do sistema político brasileiro. Embora o próprio SNTV tenha sido derrotado, pareceu a certa altura ter força suficiente para ser aprovado, provocou uma inédita manifestação contrária unânime dos profissionais de Ciência Política no país, e ainda assim amealhou cerca de dois quintos dos votos no plenário da Câmara – fatia superior à de qualquer outra proposta de modificação do sistema eleitoral estritamente considerado.

Assim como o SNTV, é bem provável que as poucas mudanças aprovadas em primeira votação na Câmara dos Deputados (como o fim da reeleição e a extensão dos mandatos para cinco anos) venham antes a piorar que a melhorar o sistema. De todo modo, embora tenhamos direito a nossos juízos como qualquer cidadão, e eles sejam parte integrante da análise que fazemos profissionalmente, nossa primeira tarefa é antes o diagnóstico do que o julgamento (que afinal deveria subordinar-se ao diagnóstico). E acredito que a surpresa e a alienação de todos ante

a força com que o SNTV foi a plenário depõe contra nossa capacidade de diagnóstico, não obstante as substanciais e relevantes contribuições feitas nas últimas décadas pela ciência política brasileira à análise política comparada. Não somos obrigados a endossar os propósitos dos políticos, claro. Mas, sim, deveríamos ser capazes de detectar seus interesses e prioridades, e inferir um leque com as estratégias mais plausíveis.

Mas o fato é que temos baixa propensão ao clássico exercício de *verstehen* sociológica em relação aos políticos, suas prioridades, dificuldades e os sentidos que eles atribuem a suas ações. Com frequência excessiva nos deixamos levar pela ironia esnobe e elitista com que a imprensa também costuma tratá-los, como autênticos vilões de desenho animado, presumivelmente inescrupulosos e tipicamente ignorantes. Um dos sintomas mais claros disso reside em nossa propensão a endossar a percepção intuitiva da mídia de que, se alguma reforma política não acontece, só pode ser porque os políticos não a querem. Mas tem havido abundantes indícios em contrário. Embora eles não tenham sido capazes de chegar a consensos duradouros sobre a melhor maneira de reformá-lo, nossos representantes eleitos tendem a ser bastante vocais em suas queixas sobre a forma como o sistema funciona. Em um país com um Poder Executivo tão poderoso, que em grande parte concentra a iniciativa legislativa para si, essa bandeira frouxamente definida de "reforma política" tem-se mantido como uma das poucas questões sobre as quais o Congresso reteve a iniciativa. Durante a última década, os candidatos à presidência da Câmara têm consistentemente feito campanha sob a promessa de aprovar alguma reforma.

O governo brasileiro – assim como muitos outros casos recentes de presidencialismo multipartidário (CHAISTY; CHEESEMAN; POWER 2014) – tem podido, de fato, construir as maiorias necessárias para governar, e a um custo

viável, pelo menos até agora. Talvez, no entanto, este custo ainda seja relativamente alto, ou – para dizê-lo de outra maneira – talvez haja razão para acreditar que ele possa ser significativamente reduzido. Por isso, ainda pode ser o caso de que a solução obtida ainda seja ineficiente. Isso mal seria uma acusação, pois ninguém será capaz de isolar um sistema político comprovadamente eficiente. Mas nos autorizaria a manter a porta aberta para melhorias institucionais – e a agenda da reforma eleitoral, no final, é uma implicação política crucial desta discussão. Mesmo nas suas descrições favoráveis, a "governança" brasileira parece exigir uma alta concentração de Poder Legislativo na Presidência da República. Literatura recente (MELO; PEREIRA, 2013; TAYLOR; PRAÇA, 2014) tem mostrado que mesmo uma presidência tão poderosa não significa necessariamente minar a democracia, e certamente não no Brasil, onde um complexa e robusta "accountability web" tem-se formado durante os últimos vinte anos, responsabilizando a Presidência perante uma extensa rede de instituições, tais como o Poder Judiciário, instituições de controle, meios de comunicação independentes.

Tudo isso é verdade e relevante. Mas, sim, é possível que essa concentração tenha ido a um ponto que roça a degradação da atividade parlamentar, e expõe o Congresso à grave desmoralização aos olhos da opinião pública. Num contexto de forte concentração de poder no Executivo, o Poder Legislativo, apesar do nome, é reduzido ao papel de chancela ou – ocasionalmente – veto às iniciativas do governo. A falta de uma iniciativa legislativa mais forte faz com que o Congresso brasileiro seja, mais rotineiramente, uma caixa de ressonância para controvérsia pública, e uma instância de supervisão e investigação de ações governamentais – especialmente pela banalização de comissões parlamentares de inquérito, previsível em tal contexto.

Adicione-se uma conexão tênue com os eleitores, favorecida por um sistema de representação proporcional de lista aberta em grandes distritos (estados) com centenas de candidatos em cada um deles, e você tem um plenário preenchido por representantes que raramente obtêm mais de 1% dos votos de sua circunscrição eleitoral. Não é de surpreender que uma grande parte dos eleitores não consiga lembrar em quem votou para deputado ou vereador, apenas alguns meses após as eleições (ALMEIDA, 2006). Com baixo reconhecimento do nome pelos eleitores, legisladores no exercício do mandato ocupam uma posição bastante frágil, encarando renovações parlamentares da ordem de 40% a cada ciclo eleitoral. Isso pode soar positivo, como um sintoma de reduzidas barreiras à entrada e alta sensibilidade aos humores do eleitorado, mas os bastidores parecem mais sombrios. Para pôr os pés nesse mandato bastante frágil, em plenários que são caracteristicamente governados a partir de cima (seja pelo palácio presidencial, seja pelo colégio de líderes), os candidatos a deputado devem conduzir pessoalmente campanhas individuais contra centenas de adversários. É difícil chegar a uma estimativa de um financiamento eleitoral "razoável" em um ambiente tão complexo. Entre centenas de candidatos, você nunca sabe se uma celebridade (ou um milionário) vai reformular drasticamente o seu campo de jogo na próxima eleição. Então temos na Câmara dos Deputados 513 representantes permanentemente orientados para angariar fundos pessoais desde o primeiro dia de seus mandatos. Isso é bastante inflacionário, para dizer o mínimo. Como a legislação brasileira permite o uso de recursos próprios até o limite de 50% da riqueza pessoal de um candidato, e a empresas a doação de até 2% de sua receita bruta anual, o financiamento privado de campanhas no Brasil é um papel desempenhado por poucos, grandes doadores. Estes limites percentuais enviam uma mensagem clara de que os atores relevantes têm de ser os figurões. Como

alguns poucos grandes doadores potenciais lidam com dezenas de candidatos politicamente fracos, é fácil ver o lado que tem a mão forte no processo. Um grande doador individual, legalmente capaz de doar milhões, é poderoso demais para um candidato empenhado numa disputa entre centenas. Não deveria surpreender a ninguém que o financiamento de campanha seja uma importante fonte de insatisfação entre deputados brasileiros, e que esteja, muito plausivelmente, na raiz de quase qualquer grande escândalo político no país durante as últimas décadas.

É difícil projetar um horizonte mais nivelado para as relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, mesmo a longo prazo, sem trazer à baila o sistema eleitoral. Especialmente se queremos evitar a captura financeira de todo o sistema. Um caminho promissor poderia constituir-se caso as eleições legislativas passassem a ser disputadas com um maior nível de concentração de poder, especialmente pela intensificação do papel partidário nas campanhas eleitorais, a fim de constituir um plenário mais orgânico, povoado por atores coletivos mais poderosos – capazes, talvez, de dispensar no devido tempo os poderes de agenda extraordinários até aqui atribuídos ao Poder Executivo brasileiro. Nesse contexto, o voto único não-transferível vai na direção contrária, e tenderia a agravar o quadro de fragilidade e diluição do protagonismo partidário em plenários extremamente fragmentados. O que torna compreensível a reação unânime dos cientistas políticos brasileiros contra ele. Mas tendeu a passar despercebida a insatisfação corrente no Congresso contra o status quo, e o fato de que *os políticos* queriam mudar.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tendeu à estranha posição de ser um país onde, ao contrário de qualquer outro, políticos clamam por mudança enquanto intelectuais dizem que está tudo bem e nós devemos parar de nos preocupar. Durante a última década ou pouco mais, desde que inadvertidamente

me deixei capturar numa longa sequência de seminários e painéis públicos nesta interminável agenda da "reforma política", vim a observar que nenhuma audiência é tão cética não só sobre as perspectivas, mas também sobre a conveniência de reformar o nosso sistema eleitoral, quanto aquela composta por cientistas políticos profissionais. Este pode ser um bom sinal, já que um ceticismo metódico é (ou deveria ser) parte do nosso treinamento como aspirantes a cientistas. Mas o nosso *mainstream* acadêmico, endurecido por uma batalha intelectual bem travada e duramente vencida em casa e no exterior sobre os méritos relativos (mas muito reais) do sistema político brasileiro, tornou difícil a conversa intelectual séria sobre o assunto. Insistir sobre o tema tende a ser condescendentemente visto, na melhor das hipóteses, como um sinal de ingenuidade política e desinformação acadêmica. Na pior, como mero posicionamento político e demagogia. Mas, na medida em que essa atmosfera tende a esvaziar o debate, ela deixa de ser propriamente cética, e arrisca tornar-se dogmática, ao deixar de informar o debate político real que de fato acontece fora de nossa torre de marfim.

Pois, do outro lado, nenhum interlocutor pareceu tão ansioso por alguma reforma como os políticos eleitos com que cheguei a falar. Eles anseiam por uma mudança ao ponto do *wishful thinking*, dizendo repetidamente que "desta vez é pra valer", e eles vão arrancar uma reforma. Claro que eu poderia ser vítima de viés de seleção, pois esses seriam os deputados mais propensos a aparecer em seminários sobre a reforma política. No entanto, dados de Power & Chernykh (2013) sugerem que o descontentamento dos políticos com o sistema político é muito maior no Brasil do que em alguns dos seus vizinhos. E mesmo se não fosse o caso, um desejo de mudança nas regras eleitorais não é exatamente o que se esperaria de políticos eleitos – e por isso deve-se prestar atenção quando se o encontra. Especialmente se isso acontece repetidamente.

Como a atmosfera política brasileira tem-se deteriorado durante os últimos anos, os debates têm tido lugar sob crescente alvoroço da mídia. Mas nenhum acordo foi alcançado entre os líderes dos principais partidos desde 2003, quando se forjou a chamada “proposta Caiado” (com lista fechada e financiamento público de campanhas), afinal derrotada em 2007. Desde então tem havido tentativas inconclusivas em 2009; uma curta revivescência da "proposta Caiado" em uma comissão do Senado em 2011, novamente para ser derrubada numa comissão Câmara, então inclinada rumo a uma proposta diferente, mais complexa, com financiamento público complementado por doações privadas canalizadas para um fundo “cego” comum a ser distribuído entre os partidos. Foi em 2011 que, em vez da lista fechada, pela primeira vez a comissão se inclinou pelo tal “distritão”, ou o sistema de voto único não transferível. Desde 2013, organizações civis têm patrocinado um sistema inédito com dois turnos, que jamais parece ter sido considerado realmente a sério no Congresso. Sem consenso em lugar algum sobre este assunto, a presidente Dilma Rousseff, pressionada pelas imensas manifestações de rua de junho de 2013, preferiu devolver a bola para o Congresso, apelando para um plebiscito sobre a reforma política, sem opções pré-estabelecidas, apenas três meses antes do prazo para qualquer mudança que pudesse ter vigência em 2014. Os líderes do Congresso usaram este (bom) motivo para matar o plebiscito, e assumiram o ônus político junto aos meios de comunicação e ao movimento.

Agora, em 2015, com uma Dilma Rousseff fragilizada na abertura de seu segundo mandato sob uma conjuntura econômica difícil e a Câmara presidida por um quase-inimigo do governo, o PMDB usou sua força renovada para tentar emplacar uma reforma à sua feição, independentemente de qualquer consenso parlamentar abrangente. É fácil ver que, à medida que o tempo passa, os debates

sobre a questão se tornam cada vez mais estridentes, as divergências (e a acrimônia) crescem, as propostas se tornam sempre mais e mais heterodoxas, bem como descontroladamente imprevisíveis, e de fato qualquer mudança negociada, pactuada, parece cada vez menos provável.

O impasse é muito fácil de se esboçar, analiticamente. Reformas eleitorais são sempre difíceis, principalmente por duas razões muito claras. Em primeiro lugar, porque você tem que perguntar aos vencedores da última eleição se eles gostariam de mudar as regras que os elegeram. Naturalmente, isso será uma condição muito difícil de satisfazer, para começar. No entanto, a permanente agitação do Congresso sobre o assunto sugere que, contrariamente ao que comumente se diz, essa condição foi cumprida. Nos últimos anos, começou a aumentar o ruído pró-reforma também fora do Congresso, mas até há poucos anos era bastante claro que o impulso estava vindo da Câmara dos Deputados, em um ambiente social e intelectual principalmente indiferente ou hostil a ele. Um sinal visível foi que os candidatos a presidir a Câmara, lutando por votos no plenário, costumavam recorrer à promessa de colocar a reforma política na agenda e pressionar por ela. E então vem a segunda razão que torna difíceis as reformas eleitorais. Mesmo no cenário improvável de que haja uma maioria pró-reforma no Poder Legislativo, temos que ter em mente que políticos são rivais em um jogo próximo à soma zero, e eles competem entre si sob estas mesmas regras que eles estariam dispostos a mudar. Assim, eles geralmente podem ver de maneira muito clara, para cada proposta específica, quem lucrará com ela ou não. E isso tenderá a dividir qualquer eventual maioria que venha a favorecer a ideia de uma reforma: eles vão discordar entre si sobre qualquer proposta específica, e assim vai ser muito difícil alcançar uma maioria vencedora. Este é um problema que talvez fosse mais fácil de se contornar em um sistema moderadamente multipartidário, com três ou

quatro partidos relevantes e coalizões potencialmente flutuantes, do que em um sistema bipartidário mais duramente entrincheirado. Mas provavelmente chega perto de uma impossibilidade em um sistema partidário extremamente fragmentado como o brasileiro, com 28 partidos políticos representados na Câmara.

Resumindo. O sistema político brasileiro tem trabalhado bastante bem, com estabilidade inédita, e resultados relevantes na paisagem econômica e social do país. Segundo o diagnóstico predominante, isto se dá por artes de uma Presidência extraordinariamente forte, cujos poderes de agenda e prerrogativas legislativas tornam o Poder Executivo o principal legislador e grande “fabricante de maiorias” do país. Então, por que o governo não sai a campo e quebra o impasse, patrocinando alguma proposta e fazendo as coisas acontecerem como costuma fazer? Ele não o faz porque, para governar, tem de cooptar um grupo considerável de pequenos partidos (e até mesmo deputados individuais) com interesses heterogêneos e mesmo divergentes quando se trata de regras eleitorais. Qualquer proposta divide sua base no Congresso e assim o empenho por qualquer uma delas deixaria o governo em apuros para perseguir a sua própria agenda. Além disso, as regras eleitorais são, elas mesmas, um assunto do poder Legislativo. Como aprendemos em nossos manuais, elas lidam acima de tudo com a “conversão de votos em cadeiras”. É, em primeiro lugar, uma prioridade do Congresso, de uma maneira que nunca será igualada por nenhum governo, ele mesmo inevitavelmente dominado por tantas outras prioridades. Então, presidentes sensatos vão se afastar e deixar que o Congresso decida (ou não) sobre o assunto. E, acima de tudo, as coisas vinham funcionando relativamente bem para os governos nas últimas décadas. Então, por que pressionar por mudanças institucionais, para começar?

O problema é que este impasse tem-se prolongado, deixando-se contaminar por um ambiente político cada vez mais azedo também sobre esse assunto, assim como tantos outros. Atores oficiais em instituições formais têm mobilizado a atenção do público para uma questão sobre a qual, ao que parece, não há qualquer consenso, em lugar algum, sobre ponto algum: não há consenso entre os líderes partidários no Congresso, nem no governo, nem entre diferentes movimentos da sociedade civil, e certamente não entre os profissionais acadêmicos da ciência política. Não parece haver qualquer alteração promissora no horizonte visível, mas uma grande parte dos meios de comunicação e dos movimentos sociais, e até mesmo os próprios políticos eleitos têm dito continuamente ao público que o sistema político está falido, carcomido pela corrupção, e apenas uma ampla, profunda "reforma política" pode ser capaz de curá-lo.

Assim caímos naquela estranha situação: a maioria dos estudiosos diz que o sistema funciona bem, por isso não devemos nos arriscar a mudá-lo. Mas os políticos continuam reclamando e escândalos vêm à tona a um ponto tal que um clamor cada vez mais estridente por mudança fincou raízes em setores na opinião pública. Como ninguém é capaz de concordar quanto ao que exatamente deveria ser alterado, por que, ou para que, dificilmente se pode esperar que o Congresso faça alguma coisa. O clamor, portanto, continua a crescer e o público culpa o Congresso, que deve se sentir cada vez mais pressionado para entregar alguma coisa. Qualquer coisa. Arriscando-se a descarrilar um sistema que, afinal, estava funcionando relativamente bem... É uma espécie de *Catch 22*, francamente preocupante. Se a pressão continuar a crescer, torna-se cada vez mais plausível esperar que, em um desses ciclos, alguma maioria de ocasião jogue uma cenoura para o baixo-clero e acabe por aprovar alguma medida infeliz que obedeça a uma conveniência imediata. Ou que uma grave crise, com eventual paralisia

governamental, induza alguma reforma salvacionista. Ou simplesmente que o TSE continue indefinidamente a desconstruir o sistema. De qualquer maneira é ruim, mas este é um debate que parece nunca amadurecer, em direção alguma. Ao contrário, quanto mais tempo passa, maior a gritaria, menor a clareza de propósitos, maior a luta política e menos podemos esperar ação institucional coordenada.

A ciência política trabalha melhor quando evita ditar aos políticos o que eles deveriam ou não fazer. É bastante tentador, quase inevitável quando você se deixa encantar com a ideia de ser um "cientista" da política. Mas, obviamente, não é isso o que presumivelmente deveríamos fazer. Devemos *entender* o que políticos fazem (bem como o que o público faz), respeitar o que eles fazem, em primeiro lugar (mesmo que discordemos), talvez também saber *por que* eles fazem o que fazem, e certamente devemos compreender de forma ampla a dinâmica política geral desencadeada por seu comportamento e decisões, capturando uma avaliação tão boa quanto pudermos dos efeitos previsíveis de tudo isso sobre a população. Aprendemos isso muito claramente um par de décadas atrás, quando a onda democratizante que varreu América Latina e Leste Europeu gerou uma montanha de trabalho dedicada a um esforço sério, muito bem-intencionado, mas provavelmente equivocado e, afinal, fracassado de ensinar os líderes políticos de novas democracias sobre vícios e virtudes de tal ou qual combinação institucional, de fato chegando ao ponto de prescrever esta ou aquela configuração específica, de forma independente não só da história e da cultura local, mas também de características mais prosaicamente condicionadas pelas próprias *instituições* – tais como, digamos, interesses explícitos ou velados dos políticos, seus hábitos políticos, as tradições a que eles se sentem ligados (ou as que querem contestar), as constelações de interesses que representam ou combatem. Além disso, no plano

metodológico, nós tipicamente não encontramos variação suficiente entre os sistemas políticos existentes para adicionar os controles necessários para inferência comparativa suficientemente robusta. A variação existente não é aleatória, e as observações não são independentes entre si. Nossos quadros conceituais não são refinados ao ponto de nos permitirem descer a um ajuste fino institucional realmente confiável. Com certeza, qualquer conhecimento sistemático, modesto que seja, é melhor do que nenhum conhecimento. Mas devemos ser apenas isso. Modestos. Pelas mesmas razões porque devemos evitar dizer-lhes para fazerem algo que não querem fazer (e antes nos concentrarmos em entender o que eles querem, porque o querem e compreender as consequências previsíveis), devemos evitar igualmente dizer que *não* façam alguma coisa que eles querem fazer. Ou, pior ainda, devemos evitar dizer-lhes que eles *não deveriam querer* o que querem. Pelo menos, deveríamos antes *ouvir*.

Se prestarmos bastante atenção àquilo que os políticos brasileiros (especialmente deputados) estão dizendo nos últimos anos, saberemos que eles se queixam do financiamento de campanhas. Eles queixam-se da experiência humilhante de bater nas portas de grandes doadores, que muitos haviam antes desejado não ter de cortejar. De potenciais doadores que só aceitam doar “por fora”. De adversários (sempre alguém mais) que não se incomodam em lavar dinheiro criminoso. Eles tinham-se acostumado a não fazer perguntas quando um dirigente partidário transferia dinheiro para suas campanhas. Alguns deles acabaram na cadeia. Um negócio arriscado demais, para conduzir uma campanha incerta em busca de um trabalho exigente, oneroso e com pouco poder de fato. Se alguém está pensando basicamente em manter uma longa carreira política, é melhor apostar suas fichas em outro lugar, talvez na prefeitura de uma pequena cidade ou numa secretaria no Poder Executivo. E então temos um forte viés de

seleção adversa, onde nossa rotina política tem favorecido a ocupação dos assentos da Câmara por candidatos propensos ao risco, habituados a burlar normas, em busca de uma fachada respeitável e das imunidades do cargo. A cada ciclo eleitoral, deputados bem visíveis anunciam "aposentadoria" em declarações que apontam, principalmente, para as dificuldades de financiamento da campanha, geralmente para continuar a perseguir a carreira política em outro lugar. Não admira que o Legislativo se veja cada vez mais desprovido de uma elite parlamentar, e os articuladores mais poderosos no Congresso não costumem contar com o respeito da imprensa ou do público.

No plano mais agregado da operação das casas legislativas no Brasil, nossa fragmentação atual é muito maior do que a relativa decantação do sistema partidário nos permitiria esperar. Possivelmente ela deriva de uma interação infeliz entre o enorme número de candidatos (propiciado lista aberta em distritos de grande magnitude) e as coligações, que juntos conferem um peso decisivo para o gasto individual de campanha nas proporcionais. Tudo isso favorece uma fragmentação extrema, aparentemente sem paralelo no mundo hoje. Se é assim, é bem provável que praticamente qualquer mudança viesse a reduzir o número efetivo de partidos. Até mesmo o SNTV, em que pese sua natureza radicalmente dissociada dos partidos.

A necessidade de se evitar a pulverização de votos entre candidatos de uma mesma legenda certamente conduziria a uma drástica redução do número de candidatos, complementada com um esforço hercúleo, provavelmente inviável, de coordenação interna aos partidos em nossos grandes distritos (MELO, 2015). Outra coisa, porém, é o que tenderia a acontecer com a organização interna dos partidos e com o peso do poder econômico. Como o partido deixaria de ser um fator em si mesmo relevante na conquista das cadeiras, a coesão interna tenderia a

piorar ainda mais, com instâncias partidárias formais ainda mais enfraquecidas perante caciques que controlassem redutos relevantes. Mesmo que esses caciques se coordenassem de algum modo, isso poderia muito bem ser um jogo pessoal, à parte das estruturas formais. Com a queda do número de candidatos, o gasto agregado quase certamente cairia. Mas é bem possível que o custo por campanha crescesse - principalmente o custo das campanhas vencedoras. E nada leva a crer que o peso do gasto no resultado diminuiria (e isso seria bem mais importante que reduzir o gasto total). Como não havia qualquer proposta de se modificarem os tetos das doações, era bem possível que o protagonismo atual dos grandes doadores até piorasse.

Os problemas associados à eventual adoção do SNTV eram muitos, possivelmente graves, e a unanimidade dos cientistas políticos em sua rejeição dá testemunho disso. Mas um aspecto passou despercebido: se tivessem aprovado o SNTV, é muitíssimo provável que a reforma acabasse bastante popular, com menos candidatos e menor gasto global. Se reduzisse a fragmentação partidária na Câmara, então, não faltaria quem nos esculhambasse como ideólogos que não entendem nada do mundo real... Talvez a conclusão fosse até injusta. Mas também deveríamos ter percebido há mais tempo que os políticos queriam mudar, e dado maior atenção a isso.

Pela primeira vez a categoria foi unânime numa posição sobre a conjuntura, o que permitiu à ABCP sair, excepcionalmente, a encampar a causa. Isso teve sua visibilidade, mas não foi por isso que o SNTV perdeu. Nossa inédita unanimidade tem a ver com as fragilidades da ideia, mas tem a ver também com o fato de que nos deixamos pegar desprevenidos. Faz dez anos que os deputados dão sinais claros de que estão insatisfeitos com o status quo, mas insistimos em dizer de volta a eles, em boa medida, que está tudo bem, e que eles não deveriam

se preocupar. Resultado: quando chegou à presidência da Câmara um parlamentar com agenda própria, distante do Planalto e agressivo no estilo, ele foi capaz de jogar no plenário uma proposta consideravelmente atraente para deputados já eleitos, e estávamos fora do debate, assinando manifesto. Teríamos feito melhor se passássemos a respeitar o fato de que nossos legisladores estão, sim, insatisfeitos, e tratássemos de pensar a sério nas suas razões, cuidando de refletir mais construtivamente sobre a melhor maneira de lidar com a questão. Senão, dia desses a casa cai mesmo, e estaremos de novo fora do debate.

A pergunta que deveríamos fazer agora é: por que, depois de tantos anos de tanta novela sobre reforma política, quando afinal ela foi ao plenário com alguma chance de passar, desdobrada numa montanha de proposições aglutinativas tópicas, ela pôde parecer tão ridiculamente estranha para nós? Se, algum dia, alguma reforma for feita, ela será feita por deputados e senadores. Se não conseguimos nos comunicar com eles, a falha é nossa, mais que deles, que têm mais a quem representar. Nossa disciplina tem muitos méritos, como toda ciência. Mas, sim, é uma disciplina que tem – inevitavelmente – uma relação particularmente distante com seu objeto. Poucos de nós vão chegar a ter vivência interna, pra valer, de campanha eleitoral. Um número menor ainda vai viver a rotina parlamentar (praticamente não temos literatura etnográfica de nossas casas legislativas) e quase nenhum de nós vai chegar a frequentar um palácio presidencial. Vivemos de dados coletados à distância, e tentamos preencher com introspecção as lacunas entre os dados. Podemos aprender (e de fato aprendemos) muito com isso. Mas, sim, temos, sempre, muito a aprender com políticos. Isso não significa endossar suas prioridades – o que vai decorrer das posições políticas de cada um de nós. Mas temos de saber ouvi-los, e inferir suas conveniências como parte

natural da análise – até se quisermos evitar de algum modo que a dinâmica política se subordine apenas a elas.

Diante da iminência do desastre, com uma proposta unanimemente rejeitada por nós todos prestes a ser aprovada, foi encorajador ver a unanimidade ir a público e, sim, lograr alguma ressonância. Mas precisamos ver, na devida perspectiva, o tamanho do fracasso que representa a mera situação em que nos encontrávamos quando a proposta foi a votação. Uma proposta rejeitada por todos nós foi posta na mesa, prosperou e teve mais de 40% de votos favoráveis no plenário. Isso é um fracasso importante, e devemos refletir sobre ele. Há anos os deputados dão sinais claros de que estão insatisfeitos. Embora nenhuma mudança no sistema eleitoral tenha sido aprovada, quantos terão sido os deputados que não votaram a favor de nenhuma mudança? Nossa resposta predominante, porém, tem sido dizer-lhes que está tudo bem, e que eles não deveriam se preocupar. Quando chegamos a apoiar alguma iniciativa de maneira mais vocal, frequentemente é para referendar o que o PT ou o PSDB estão propondo, conforme os naturais vieses de cada um de nós. E ainda apontamos o dedo para os congressistas na imprensa, dizendo que *eles* não têm interesse na reforma, quando algum jornalista pergunta. Desse jeito, se alguma coisa acontecer vai ser só porque a mesa encontrou um jeito engenhoso de jogar uma cenoura para o plenário, independente dos efeitos da cenoura sobre o sistema como um todo. A ideia de que políticos estão invariavelmente dispostos a impor qualquer dano ao país desde que atenda à sua conveniência imediata é uma caricatura corriqueira, mas sabidamente irrealista. Podemos qualificar o debate que eles estão tentando travar há quinze anos, e seremos quase sempre bem-vindos – desde que pelo menos nos dignemos a ouvi-los.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alberto. Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998? In: SOARES, Gláucio Ary Dillon.; RENNÓ, Lucio R, *Reforma Política: Lições da História Recente*, p. 34-46. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CHAISTY, Paul; CHEESEMAN, Nic; POWER, Timothy J. “Rethinking the 'presidentialism debate': conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective”. *Democratization*, v. 21 n.1, p.72-94, 2014.
- MELO, Marcus André. Três Mitos sobre o Distritão. *Facebook*, perfil do autor. Acesso em: 21 de maio, 2015.
- MELO, Marcus André; Carlos PEREIRA. *Making Brazil Work*. Palgrave Macmillan, 2013.
- POWER, Timothy J.; CHERNYKH, Svitlana. “Inside Multiparty Presidentialism: how Latin American legislators evaluate coalitional governance”. Oxford: University of Oxford, 2013.
- PRAÇA, Sérgio; TAYLOR, Matthew M. Inching Toward Accountability: The Evolution of Brazil's Anticorruption Institutions, 1985–2010. *Latin American Politics and Society*, v.56, n.2, p. 27-48, 2014.